

# Minas & armadilhas

Grândola rejeita o projeto da mina da Lagoa Salgada e exige que o Governo a trave. Fica a 10 quilómetros da vila de Grândola e a menos de 35 quilómetros da Comporta. A APA vai analisar o estudo de impacto ambiental.

O primeiro chumbou. P. 4-5



## O Jornal Económico

FIM-DE-SEMANA

Diretor André Macedo Subdiretores Lúcia Simões e Ricardo Santos Ferreira | Preço €3,60 (Cont.) | Sai às sextas | N.º 2327 | 21.11.2025

### UGT faz ultimato: só recua na greve se reforma laboral recomeçar do zero

**Paralisação** ■ A UGT tornou praticamente certa a greve geral marcada para 11 de dezembro ao lado da CGTP. Mário Mourão, líder da central sindical, já pôs sobre a mesa os termos da negociação: ponto final ao processo em curso, o pacote vai para o lixo e no seu lugar nasce um novo para discutir em 2026. P. 34

### Pequenas empresas de têxtil enfrentam onda de insolvências

**Crise** ■ Mais de metade dos negócios em graves dificuldades na indústria do Norte tem origem num setor ainda com peso na criação de emprego. P. 28-29



UBS e Barclays procuram compradores para Logoplaste  
Indústria ■ P. 8

TAP lucra há três anos mas não devolveu um único cêntimo  
Transportes ■ P. 16-17

Portugueses exportam 145 milhões através da Amazon  
Comércio ■ P. 14

Horizon compra portuguesa Energie por mais de 20 milhões  
Negócio ■ P. 9

PUBLICIDADE

NOVA EDIÇÃO 2025

508 505 505 • DESIGNAÇÃO DA EMPRESA  
2025  
scoring  
TOP 5%  
MELHORES PME PORTUGAL  
scoring.pt

**Mão de obra e tecnologia desafiam transportes e logística**

■ Special Report

PUBLICIDADE

ey.com  
**EY** Shape the future with confidence

PUBLICIDADE

**BASF**  
We create chemistry

# Pacote laboral: eventual acordo com UGT só em 2026

**Trabalho** ■ UGT não afasta acordo para a reforma laboral, mas diz não existirem condições para que isso aconteça até ao final do ano. E ainda há hipótese de recuar na greve geral? Sim, "se o Governo retirar a proposta inicial" e "começar tudo do zero", afirma Mário Mourão ao JE, após entrega do pré-aviso no Ministério do Trabalho.

Melissa Lopes e Lígia Simões  
mlopes@medianove.com

A UGT (União Geral dos Trabalhadores) não afasta um acordo em tomo do pacote laboral proposto pelo Governo, mas afiança, em declarações ao Jornal Económico, não existirem condições para que isso aconteça este ano. Há ainda "muita pedra para partir", avisou Mário Mourão à saída de uma reunião com a ministra. Palma Ramalho sinalizou, por sua vez, a abertura ao diálogo e disse dar "tempo" ao sindicato para apreciar a proposta.

Ao JE, Mário Mourão diz não haver "pressas" e garante não ser possível "acelerar as negociações" - precisa de reunir com todos os sindicatos que integram a central. Por isso, e olhando para o calendário, conclui: "Não há condições para a proposta dar entrada no Parlamento com acordo da UGT este ano."

Quanto à greve geral do dia 11 de dezembro, cujo pré-aviso entregou na quinta-feira, o líder sindical afirma que há uma hipótese de a desconvocar: "a UGT só recua na greve se o Governo retirar a proposta inicial" e "começar tudo de novo". Questionada por Mário Mourão se esse é um caminho possível, a minis-

**Líder da UGT admite ainda ser possível desconvocar a greve, se o Governo "retirar a proposta inicial" para a reforma laboral e "começar tudo do zero"**

tra respondeu-lhe que não está nas suas mãos, conta o líder da UGT. Realça que ainda assim a inter-sindical "está disponível para estar à mesa das negociações". A alternativa, diz, é o Governo enviar para o Parlamento a proposta de lei sem acordo da UGT.

Seja como for, Mário Mourão reconhece a "mudança" positiva que houve nos últimos dias na negociação com o envio do documento onde o Governo recua em várias matérias, ainda que a UGT considere "muito pouco". Até porque o Executivo não desiste de duas matérias que para a central sindical são linhas vermelhas.

## Banco de horas e outsourcing são "fraturantes"

Uma das matérias "fraturantes" para a UGT é o regresso do banco de horas individual, que tinha sido eliminado em 2019, e que permite que o dia de trabalho, por acordo entre empregador e trabalhador, tenha mais duas horas (num total de 150 horas anuais), compensando períodos de maior e menor trabalho. A central defende que o mecanismo é uma forma "encapotada" de diminuir o rendimento por trabalho suplementar. "Temos dificuldade em aceitar. Não sabemos qual é a argumentação do Governo. O que sabemos é que os patrões é que querem", diz Mário Mourão.

A outra alteração "fraturante" que a UGT rejeita é o fim da restrição ao recurso ao outsourcing durante um ano após despedimento coletivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho. Sem essa limitação, que foi introduzida apenas em 2023, avisa o sindicalista, milhares de trabalhadores com



UGT vai analisar a contraproposta do Governo e diz não ter "pressa"

## Os recuos, os possíveis pontos de encontro e as medidas fraturantes

- O Governo desiste da possibilidade de compra de dois dias extra de férias, com perda de rendimento;
- Deixa cair travão à recusa dos pais trabalharem à noite e aos fins de semana;
- Na amamentação, elimina a obrigatoriedade de atestado médico logo após o regresso ao trabalho
- Recua parcialmente na simplificação dos despedimentos
- UGT diz que é possível construir aproximação entre as partes nos contratos a prazo, na reintegração dos trabalhadores despedidos de forma ilícita e nos horários flexíveis;
- A cerrar mais as posições das partes estão medidas "fraturantes", como o regresso do banco de horas individual e o fim da proibição de recorrer durante um ano ao outsourcing após despedimentos.

mais antiguidade ficam em risco. Para depois se recorrer a contratação externa mais barata.

Mais fácil será, na teoria, construir uma aproximação das partes na questão dos contratos a prazo, cuja duração e critérios o Governo quer alargar, mas que os sindicalistas (e outras figuras, como antigos governantes da área do Trabalho) têm alertado que aumentará a precariedade, sobretudo nos jovens. Mário Mourão vê ainda como possível uma aproximação na reintegração dos trabalhadores despedidos de forma ilícita e nos horários flexíveis.

Na nova versão enviada à UGT, a que o JE teve acesso, o Executivo recua no travão à recusa de os pais trabalharem à noite e aos fins de semana. No anteprojeto apresentado em julho, o Governo pretendia que o horário flexível se ajustasse "às formas especiais de organização de tempo de trabalho que decorram do período de funcionamento da empresa ou da natureza das funções do trabalhador". Agora, elimina essa norma, mantendo, ainda assim, a possibilidade de o empregador recusar pedidos de horário flexível invocando "exigências imperiosas do funcionamento da empresa ou da natureza das funções do trabalhador".

Pressionada pela ameaça de greve geral, já marcada pelas duas centrais sindicais, a ministra enviou à UGT (deixando a CGTP de fora da equação) uma contraproposta com algumas alterações. Deixa cair a possibilidade de compra de dois dias de férias extra, com perda de rendimento, e acena com a reposição dos três dias de férias, ligados à assiduidade, perdidos no período da troika. Na amamentação, mantém o limite máximo de dois anos para a redução horária, mas desiste da obrigatoriedade de apresentação de atestado logo no regresso ao trabalho. Outro dos recuos prende-se com a simplificação dos despedimentos. A ideia inicial era facilitá-los nas pequenas e médias empresas, eliminando passos como a apresentação de provas ou a audição de testemunhas apresentadas pelo trabalhador. Recua, em parte, mantendo a intenção de aplicar esse regime nas pequenas empresas (até 50 trabalhadores).

Governo e parceiros sociais voltam a sentar-se todos à mesa da concertação social no próximo dia 10 de dezembro, na véspera da greve. Ao JE, Mário Mourão garante: "Não será pela UGT que haverá rutura."